

# Termo de Referência Provisório

**SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS (PPCDQ) DO ESTADO DO TOCANTINS.**

# 1. CONTEXTUALIZAÇÃO:

O Governo do Estado do Tocantins negociou o Contrato de Empréstimo No LN 8185 – BR, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiamento da execução do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins (PDRIS). O referido Projeto tem como executores a Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), Agência Tocantinense de Transportes e Obras (AGETO), a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes (SEDUC), a Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRO) e Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). A coordenação geral deste está a cargo da Unidade de Gerenciamento do PDRIS UGP-PDRIS.

O Projeto tem por objetivo fomentar o melhoramento da eficácia do transporte rodoviário e a eficiência de um conjunto selecionado de serviços públicos em apoio a um desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado. Seus componentes são: (i) o melhoramento integrado da eficácia do transporte; e (ii) o melhoramento da eficiência dos serviços públicos selecionados.

No Melhoramento Integrado da Eficácia do Transporte**,** que atuará na ponta da fronteira agrícola nas regiões rurais do Tocantins para melhorar acessibilidade até os principais corredores logísticos do país para escoamento das produções: (i) melhoramento do acesso para populações rurais a serviços, trabalhos e mercados pela eliminação de pontos críticos nas redes municipais através da construção de obras hidráulicas na parte oeste do Estado, em linha com os sucessos do PDRIS no leste do Estado; (ii) rejuvenescimento e melhoramento da eficiência do



gerenciamento da malha rodoviária estadual pavimentada através da implementação de contratos CREMA sobre aproximadamente 1.600 km de rodovias estaduais; (iii) melhoramento das condições de transporte na rede estadual e da segurança rodoviária nas estradas estaduais não pavimentadas através de eliminação de pontos críticos pela construção de obras hidráulicas no lugar de pontes estreitas existentes e pavimentação de trechos permitindo fechar a malha e melhorar a logística do Estado; e (iv) melhoramento da capacidade de planejamento e gerenciamento do transporte e da logística, incluindo nos seus aspectos de segurança, no Estado através de apoio institucional.

No Melhoramento da Eficiência dos Serviços Públicos Selecionados objetiva-se fomentar o desenvolvimento local com crescimento sustentável e providenciar melhores serviços aos usuários de serviços públicos selecionados: (i) modernização da administração via a introdução de uma cultura de gerenciamento por resultados, a descentralização e a otimização do uso da terra; (ii) apoio ao desenvolvimento da produção local, principalmente, através do desenvolvimento de projetos pilotos de capacitação, infraestrutura e cadeia de produção; (iii) melhoramento do gerenciamento do meio ambiental e desenvolvimento rural em articulação com os outros componentes e o GEF nas áreas do melhoramento do licenciamento, da proteção da biodiversidade e da gestão dos recursos hídricos; e (iv) melhoramento da qualidade na educação via a implementação de sistemas de informação e gerenciamento, capacitação e apoio a populações frágeis.

Informações confiáveis, atualização e consistentes são o que se pretende ter com a atualização do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Tocantins. Atualmente, o Estado tem pela frente o desafio de promover as ações estratégicas que garantam as ações de monitoramento e combate ao desmatamento e queimadas.

Dessa forma, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Tocantins (PDRIS) foi previsto a atualização do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ) do Estado do Tocantins. Considerando a importância do tema, a necessidade de manter frente aos fatos recentes, tal plano atualizado, a baixa disponibilidade de dados consistentes e a ausência em seu quadro técnico de pessoal qualificado especificamente no tema para conduzir as atividades previstas nessa contratação é que se pretende contratar um especialista para dar suporte a SEMARH, desde a atualização dos contextos interinstitucional, legal e tecnológico, dinâmica de desmatamento, levantamento de novos fatores que venham a contribuir com a revisão do plano, juntamente com o Grupo técnico de avaliação.

# 2. OBJETIVOS

**2.1. Objetivo Geral**



Contratação de serviços de consultoria individual para assistir a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos na atualização do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ) do Estado do Tocantins e Construção de Projeto de captação recursos para serem submetidos junto aos órgãos financiadores.

# Objetivos Específicos

* + 1. Atualização do PPCDQ

1. Realizar o levantamento da base de dados e informações a nível de estado e demais níveis para compor o Plano e os protocolos de atualização e reposição de dados;
2. Realizar reunião setoriais com representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e demais órgãos envolvidos na implementação do Plano visando ao estabelecimento de critérios, padrões de qualidade, protocolos de dados que irão compor o plano;
3. Realizar o levantamento das capacidades institucionais das instituições executoras quanto a dados, pessoal, logística, infraestrutura de rede e internet, e capacidade de armazenamento e processamento de dados.
4. Apresentação da proposta do novo PPCDQ para o Estado do Tocantins, incluindo a estratégia de monitoramento com os investimentos necessários para sua implementação em um prazo de 10 anos.
   * 1. Construção projeto de captação de recursos
5. Realizar o levantamento das informações necessárias da proponente e instituições envolvidas (parceiras) observando as diretrizes e procedimentos do órgãos financiadores. Exemplo: dados cadastrais institucionais, projetos já desenvolvidos e valores, inventário de equipamentos, corpo técnico e administrativo e outros dados necessários da proponente e instituições envolvidas;
6. Elaboração do diagnóstico diante dos dados levantados apontando principais carências detectadas em cada instituição, correlacionando-as com as atividades apoiáveis do projeto e seus componentes;
7. Apresentação da estratégia demonstrando as contribuições efetivas das atividades do projeto, e alcance dos resultados esperados no âmbito do eixos apoiados pelo órgão financiador;
8. Seminário de apresentação e discussão das estratégias propostas com todas instituições envolvidas;



1. Apresentação final do projeto que constem uma estratégia consolidada listando todos os produtos e serviços, com respectivas atividades, que serão desenvolvidas com a implantação do projeto, visando ao alcance de seus objetivos. Incluindo todas as métricas necessárias para acompanhamento da evolução das atividades e da implantação dos produtos/serviços, bem como se dará a integração das frentes de trabalho; e o controle de gastos do projeto.

# ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

* 1. **Atualização do PPCDQ**

|  |  |
| --- | --- |
| **Objetivos específicos** | **Atividades** |
| Realizar o levantamento da base de dados e informações a nível de estado e demais níveis para compor o PPCDQ e os protocolos de atualização e reposição de dados; | * Mapeamento prévio das informações necessárias pra o levantamento; * Elaboração dos questionários de levantamento das informações necessárias; * Aplicação de questionários; * Consolidação das informações. |
| Realizar reuniões setoriais com representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e demais órgãos envolvidos na implementação do PPCDQ visando ao estabelecimento de critérios, padrões de qualidade (indicadores), protocolos de dados que irão compor o plano | * Levantamento prévio dos critérios e padrões possíveis de serem utilizados no * âmbito do PPCDQ;   Apresentação em reunião dos critérios e   * padrões previamente levantados; * Acolhimento das contribuições das * instituições envolvidas; Consolidação das informações. |
| Realizar o levantamento das capacidades institucionais das instituições executoras quanto a dados, pessoal, logística, infraestrutura de rede e internet, e capacidade de armazenamento e processamento de dados | * Mapeamento prévio das informações necessárias pra o levantamento; * Elaboração dos questionários de levantamento das informações necessárias; * Aplicação de questionários; * Consolidação das informações. |
| Apresentação da proposta do novo PPCDQ para o Estado do Tocantins, incluindo a estratégia de monitoramento com os investimentos | * Elaboração do esboço da proposta do novo PPCDQ; * Submissão da estrutura/esboço da nova proposta do novo PPCDQ à SEMARH; |



* Consolidação das contribuições e adequações solicitadas pela SEMARH;
* Desenvolvimento da proposta do novo PPCDQ;
* Entrega da versão final do novo PPCDQ.

necessários para sua implementação em um prazo de 10 anos

* 1. **Construção projeto de captação de recursos**

|  |  |
| --- | --- |
| **Objetivos específicos** | **Atividades** |
| Realizar o levantamento das informações necessárias da proponente e instituições envolvidas (parceiras) observando as diretrizes e procedimentos do órgãos financiadores. Exemplo: dados cadastrais institucionais, projetos já desenvolvidos e valores, inventário de equipamentos, corpo técnico e administrativo e outros dados necessários da proponente e instituições envolvidas; |   Mapeamento prévio das informações   * necessárias para o levantamento; Elaboração dos questionários de levantamento das informações necessárias; * Aplicação de questionários; Consolidação das informações. |
| Elaboração do diagnóstico diante dos dados levantados apontando principais carências detectadas em cada instituição, correlacionando-as com as atividades apoiáveis do projeto e seus componentes; | * Desenvolvimento do diagnóstico com visão analítica, correlacionando as perspectivas, diretrizes e regras de submissão dos projetos de captação de recursos. |
| Apresentação da estratégia demonstrando as contribuições efetivas das atividades do projeto, e alcance dos resultados esperados no âmbito do eixos apoiados pelo órgão financiador; | * Elaboração de material (.ppt) que permita o entendimento das estratégias propostas de forma didática. |
| Seminário de apresentação e discussão das estratégias propostas com todas instituições envolvidas; | * Apresentação em reunião das estratégias propostas; * Acolhimento das contribuições das instituições envolvidas; * Consolidação das informações. |
| Apresentação final do projeto que conste uma estratégia consolidada listando todos os produtos e serviços, com respectivas atividades, que serão desenvolvidas com a implantação do projeto, visando ao alcance de seus objetivos. Incluindo todas as métricas necessárias para acompanhamento da evolução das atividades e da implantação dos produtos/serviços, bem como se dará a | * Elaboração do esboço da proposta; * Levantamento dos critérios de qualidade extremamente necessários para realização da mensuração/evolução do projeto; * Submissão da estrutura/esboço da proposta e critérios de qualidade à SEMARH; * Consolidação das contribuições e |



adequações solicitadas pela SEMARH;

* Levantamentos dos custos das ações, atividades e produtos constantes no Projeto, por meio de pesquisa de mercado (cotações);
* Desenvolvimento da proposta;
* Entrega da versão final da proposta.

integração das frentes de trabalho; e o controle de gastos do projeto.

1. **PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

**4.1 Conhecimento do problema e plano de trabalho**

As atividades dos serviços objeto deste TdR deverão ser descritas na Proposta Técnica, em dois capítulos, intitulados de Conhecimento do Problema, e de Plano de Trabalho, este último perfeitamente associado e decorrente do primeiro.

O Plano de Trabalho deverá conter no mínimo:

1. **Método de trabalho** – relação das atividades e em que consiste cada uma delas.\ Deverá ainda informar como será executada cada uma das tarefas propostas.
2. **Fluxograma de atividades** – estabelece como o Licitante prevê a realização das atividades em termos de seqüência lógica e encadeamento.

# PRODUTOS ESPERADOS

* 1. Plano de Trabalho Revisado - consiste no plano de trabalho apresentado na Proposta Técnica do contratado (ver item 4.1);
  2. Relatórios técnicos de atividades de acompanhamento da evolução da construção da proposta do novo PPCDQ para o Estado do Tocantins, incluindo a estratégia de monitoramento com os investimentos necessários para sua implementação em um prazo de 10 anos;
  3. Relatórios técnicos de atividades de acompanhamento da evolução da construção do Projeto de captação recursos para serem submetidos junto aos órgãos financiadores.

# FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Os Relatórios deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em três vias originais, impressas em qualidade "Laser print" ou similar, em papel formato A4,



de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (NBR 14724:2002). Os relatórios parciais deverão ser entregues de forma preliminar somente na versão digital. O Consultor deverá entregar a versão final aprovada com o ACEITE do Fiscal do Contrato que deverá entregar além da via final aprovada e meio digital, duas vias impressas via correio entregue na sede da contratante.

# PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução dos serviços é de 7(Sete) meses, acrescido de mais 30 dias para a conclusão do contrato perfazendo assim um total de 8 (oito) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço do contrato correspondente as atividades serão distribuídas conforme estabelecido no plano de trabalho a ser apresentado pelo contratado e aprovado pela contratante.

# PRAZOS DE EXECUÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DATA DE ENTREGA** | **PRODUTOS** | **% DE PAGAMENTO** |
| 5 dias | Apresentação do Plano de Trabalho Revisado. | 10% |
| 30 dias | Relatório técnico contendo o levantamento da base de dados e informações a nível de estado e demais níveis para compor o Plano e os protocolos de atualização e reposição de dados | 12,5% |
| 45 dias | Relatório técnico contendo a realização de reunião setoriais com representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e demais órgãos envolvidos na implementação do Plano visando ao estabelecimento de critérios, padrões de qualidade,  protocolos de dados que irão compor o plano | 10% |
| 75 dias | Relatório técnico contendo o levantamento das capacidades institucionais das instituições executoras quanto a dados, pessoal, logística, infraestrutura de rede e internet, e capacidade de armazenamento e processamento de dados | 10% |
| 105 dias | Relatório técnico contendo a versão preliminar do PPCDQ para o Estado do Tocantins, incluindo a estratégia de monitoramento com os investimentos necessários para sua implementação em um prazo de 10 anos versão prévia da proposição de uma estratégia  de atuação nas ações de monitoramento e fiscalização | 10% |
| 120 dias | Versão final do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ) do Estado do Tocantins atualizado | 15% |
| 140 dias | Levantamento de informações complementares da instituição proponente e demais instituições envolvidas (parceiras) | 7,5% |
| 160 dias | Relatório técnico contendo a estratégia demonstrando as contribuições efetivas das atividades do projeto, e alcance dos resultados esperados no âmbito do eixos apoiados pelo órgão financiador | 10,0% |
| 210 dias | Relatório técnico final do projeto que conste uma estratégia consolidada listando todos os produtos e serviços, com respectivas | 15% |



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | atividades, que serão desenvolvidas com a implantação do projeto, visando ao alcance de seus objetivos. Incluindo todas as métricas necessárias para acompanhamento da evolução das atividades e da implantação dos produtos/serviços, bem como se dará a integração das frentes de trabalho; e o controle de gastos do  projeto |  |

Os pagamentos serão realizados em até 30 dias depois da aceitação dos produtos e do recebimento da respectiva fatura, salvo em casos excepcionais a ser comunicado pela SEMARH ao Contratado.

# Custos de execução dos serviços

O Consultor deverá incluir em seu orçamento (Proposta Financeira) as despesas referentes a:

* honorários, encargos, impostos e os custos para pagamento de despesas indiretas;
  + - passagens aéreas necessárias para o deslocamento para serviços no Tocantins;
    - diárias para hospedagem, alimentação e deslocamentos in/out aeroporto para serviço no Tocantins
    - locação de veículo de passeio à disposição do Consultor em Palmas;
    - outros recursos considerados necessários pelo Consultor para a execução dos serviços.

Os pagamentos ao consultor deverão ser feitos de acordo com a entrega e validação dos produtos especificados no item 7.0 deste TDR. de acordo com seus respectivos percentuais.

# QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CONSULTOR E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A seleção do Consultor para o escopo do presente trabalho terá como critério:

* 1. Formação acadêmica em Engenharia Florestal ou Ambiental, Ciências Agrárias e da Terra, ou formação em Sistemas de Informação e áreas afins, com experiência mínima de 10 anos acumulada no mercado de Desenvolvimento de Software para Meio Ambiente, Experiência nas seguintes áreas temáticas: projetos de REDD+, projetos de Monitoramento Ambiental com foco em redução de desmatamento, projetos do Programa de Regularização Ambiental - PRA implementado pelo Código Florestal Brasileiro, projetos de prevenção de incêndios/queimadas, projetos de redução de emissões, elaboração de projetos de captação de recursos para fundos de financiamento com a temática de meio ambiente, e experiência local nos temas Cadastro Ambiental Rural – CAR e Fiscalização do Agronegócio;



* 1. Apresentação de CV que descreva atuação, conforme os temas descritos no item a;